

A greve nas universidades: o que está em jogo?

O corte dos gastos públicos com a "área social", longe de ser algo contingente e momentâneo, é parte essencial do "projeto FHC". É nesse contexto que se insere a sua proposta de privatização das universidades federais, bem como de vários dos serviços públicos. Trata-se, fundamentalmente, de "economizar" com o "social" para liberar recursos ao financiamento da crise geral do sistema do capital.

É por essa razão que o governo FHC tem sido muito mais duro com as greves no serviço público do que a própria ditadura militar. O que tornava a negociação antes possível é a mesma razão que a inviabiliza hoje: naqueles anos havia de fato um espaço de negociação, no interior do sistema do capital, dos níveis de salários e investimentos nas áreas "sociais". Hoje, pelo contrário, as necessidades de reprodução do capital impõem, com necessidade absoluta, as privatizações, os cortes nos gastos "sociais" e a flexibilização da força-de-trabalho. Por isso só se pode negociar com o governo FHC do interior da agenda neo-liberal.

Essa também é a razão, para além das idiossincrasias pessoais, pela qual desde o início da greve o MEC ter deixado claro que "tudo" poderia ser negociável, exceto o critério de pagamento por tarefas, a quebra da isonomia entre as IFES e o aumento inferior para os inativos, itens fundamentais de seu projeto de retirado do Estado da manutenção das universidades e sua entrega ao mercado.

O movimento grevista propôs uma postura em tudo oposta: a recusa do mercado enquanto vetor capaz de reformar no sentido necessário a atual estrutura universitária federal¹. Entende o movimento grevista, a meu ver com toda razão, que entre o mercado e a produção de ciência há apenas convergência naqueles momentos parciais, muito particulares e esporádicos, em que há coincidência entre o interesse do capital em desenvolver tecnologias específicas para aumentar seus lucros e o movimento mais geral do desenvolvimento do saber. Na enorme maioria das vezes, e em áreas inteiras de conhecimento, o que é cotidiano é a contradição antinômica entre as necessidades do capital e as necessidades científicas. Subordinar a universidade federal ao mercado nada mais significa que adotar como critério metodológico do desenvolvimento científico as necessidades do mercado, um absurdo incomensurável.

Entre esses dois modelos, como é evidente, não há pontos em comum. Não há um ponto intermediário entre privatizar e manter o caráter público das universidades e do sistema de pesquisa federal. Ou se subordina ao mercado, ou não. Não há como, digamos, "preferencialmente"² subordinar a universidade ao mercado e secundariamente manter seu caráter público; nem vice-versa.

O CNG e a ANDES

Entre o MEC e o movimento grevista, o espaço de negociação apenas poderia ser construído por uma das duas vias: ou, se pela força da greve e o desgaste do governo, o MEC recuasse no essencial de sua proposta; ou, então, se o movimento docente aceitasse o pagamento por tarefa, a quebra da isonomia entre as IFES e entre os ativos e inativos para se assegurar de uma "gratificação"

¹ Dada a propaganda governamental, é importante frisar esse ponto: o movimento grevista sempre afirmou a necessidade de profundas reformas no atual sistema universitário (ele próprio, lembremos, herdeiro da ditadura militar); contudo não de reformas que subordinem a produção científica à lógica do mercado.

² Na "Carta de Campina Grande, recentemente aprovada pelo CONAD, lê-se uma passagem estereotipada: "O segundo fato é a greve em que se encontram as Universidades Públicas Federais e Estaduais, e onde se luta tanto pela reposição das perdas salariais que têm provocado a evasão de docentes qualificados e desestimulando a carreira docente, quanto contra uma concepção de universidade preferencialmente atrelada à lógica excludente do mercado." Somos contra uma universidade "preferencialmente" atrelada ao mercado, mas aceitamos uma outra "secundariamente" submetida a ele? É disso que se trata?

nos salários. Enquanto o CNG optou pela primeira estratégia, a nova diretoria da ANDES, eleita em plena greve, claramente optou pela segunda.

A nova diretoria da ANDES encarna a vertente política hoje predominante no movimento sindical, e que surgiu da derrota das tendências socialistas que nele se fizeram presentes após a ditadura. Para sermos muito breves, a negociação, e não a emancipação do trabalho, passou a ser a razão de viver dos novos sindicalistas. Ao invés da negociação ser apenas um momento do confronto, a greve (o máximo do confronto imaginável pela mentalidade estreita dos novos sindicalistas) passou a ser mero momento da negociação.

Essa estratégia, hoje majoritária na ANDES, corresponde, sob a forma de capitulação, é verdade, à enorme pressão sofrida pelo movimento sindical sob o impacto da reestruturação produtiva e daquilo que Ricardo Antunes, num texto hoje indispensável³, denominou de transformações objetivas e subjetivas do mundo do trabalho. Não resta a dúvida que essa estratégia possui uma base social efetiva, e daqui sua força política. Contudo, o fato de corresponder a um movimento social real não significa que tenha sido a resposta mais adequada do ponto de vista dos interesses históricos dos trabalhadores. Pelo contrário, têm servido de linha auxiliar na domesticação do trabalho para a implantação da políticas neo-liberais.

Foi isso o que ocorreu no final da nossa greve.

Os últimos dias da greve

Com o esgotamento do projeto de governos FHC, que parece estar entrando em seu movimento de declínio, pela primeira vez houve a possibilidade de se derrotar, no Congresso, um projeto de lei do governo que era contestado por um movimento grevista. As coisas estavam tão ruins para o governo que, nas circunstâncias, ele não conseguia quorum de sua base parlamentar nem para aprovar um projeto como o proposto pelo MEC. A única alternativa para o governo seria contar com a presença dos parlamentares de oposição para atingir o quorum na Câmara dos Deputados; e no Senado, que o representante do PT, Eduardo Suplicy, votasse junto com as lideranças governistas. A unidade da ANDES com o Comando Nacional de Greve, e uma pressão sobre os parlamentares seria suficiente para derrotar o governo. Foi nesse contexto que a nova diretoria da ANDES flanqueou o Comando de Greve e autorizou os parlamentares do PT, do PC do B, do PSB e do PDT – com a honrosa exceção do PSTU, como bem lembrou a atual diretoria da ANDES⁴ -- a viabilizarem a aprovação pela base governista da "gratificação" que faz parte do projeto do MEC de privatização do ensino universitário.

Não há como se evitar a conclusão de que tanto o PT, o PC do B, o PDT e o PSB, como também a atual diretoria da ANDES serviram como linha auxiliar do governo no episódio. Sem a atuação da ANDES, e sem que as lideranças do "bloco parlamentar de oposição" votassem junto com o governo, este teria sido derrotado e o movimento docente, ainda que sem vantagens econômicas, teria se fortalecido no episódio, tanto internamente como frente à sociedade, como defensor intransigente do ensino público e gratuito. Essa oportunidade foi perdida e os professores suspenderam a greve desunidos, revoltados com sua direção sindical, humilhados por verem sua luta ser traída com a desculpa de uma "gratificação" que é um autêntico cavalo de Tróia.

Por outro lado, ao assim proceder a nova diretoria da ANDES desconsiderou que recusa do PID-GED e a negociação ao redor de um substitutivo, e nunca a negociação do PID-GED, foi a tônica da greve desde o seu início. As resoluções das inúmeras assembléias das Associações de Docentes, mesmo quando sensatamente recomendavam ao Comando Nacional de Greve que apresentasse uma proposta alternativa para abrir negociações com o governo, e mesmo quando da maior pressão do

³ Antunes, R. *Adeus ao Trabalho?* Ed. Cortes, São Paulo, 1995.

⁴ Na nota acima citada.

governo sobre a opinião pública e sobre os grevistas⁵, insistiam explicitamente que a manutenção do ensino público e gratuito era inegociável em qualquer circunstância. As manifestações de insatisfação e de protestos com atuação da ANDES no episódio são também muito significativas do equívoco por ela cometido.

A longa greve das universidades demonstra, também, quais os limites abertos à negociação com o governo FHC: é a agenda do próprio neo-liberalismo. Se aceitamos o fundamental da agenda (no caso em apreço, o critério de pagamento por tarefa, a quebra da isonomia entre as universidades e o aumento diferenciado aos aposentados, medidas que explicitamente fazem parte do projeto de privatização do ensino universitário), então o Ministro Paulo Renato permite a entrada de diretores da ANDES na comissão que "democraticamente" (promessa do Ministro Paulo Renato ao presidente da ANDES) vai implantar o projeto de lei, concede 10% de aumento após as eleições e discute mudanças secundárias.

E, uma vez garantida a primeira vitória, o MEC continua perseguindo, sem tréguas, seus objetivos contra a universidade pública: nos dias em que este artigo está sendo redigido, uma nova ofensiva foi inaugurada pelo MEC ao se recusar a dar posse ao reitor eleito da UFRJ. Se o governo tivesse sido derrotado no Congresso, possivelmente não teria agora condições de se voltar contra a eleição direta dos reitores. E, se a ANDES "negociar" mais uma vez com o MEC, consentindo, sob quaisquer que sejam as condições e promessas do Ministro Paulo Renato, a posse do candidato não eleito pela comunidade acadêmica; uma nova ofensiva e ainda mais violenta se abrirá, até que nada mais reste da atual estrutura universitária pública.

Por tudo isso, os episódios da greve das universidades federais são indicativos muito fortes da necessidade e da oportunidade de constituirmos uma clara oposição política e sindical ao neo-liberalismo. Dadas as circunstâncias históricas que aqui rapidamente mencionamos, a estratégia hoje predominante na oposição a FHC, que procura articular um discurso de recusa moderada e genérica ao neo-liberalismo com uma prática cotidiana de "negociação" de suas políticas setoriais (tal como fez a nova diretoria da ANDES, tal como tem feito a ala majoritária da CUT, etc.) resulta, apenas e tão somente, na conversão dessa oposição em um apêndice à esquerda do neo-liberalismo (se é que o neo-liberalismo tem uma esquerda).

julho 1998
Sergio Lessa⁶

⁵ Por exemplo, quando cortou os salários dos grevistas, medida que nunca nem a ditadura adotou, ou quando começou sistematicamente a plantar reportagens contra a greve nos principais meios de comunicação.

⁶ Prof. Departamento de Filosofia na Universidade Federal de Alagoas.